

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, marque a opção **INCORRETA**:

a) A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

b) O princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, dependendo das causas que as originaram.

c) A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado.

d) O princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da oportunidade.

e) O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

22. Segundo a Lei 6.404/76, o estatuto fixará o número das ações em que se divide o capital social e estabelecerá se as ações terão, ou não, valor nominal. Considere os seguintes itens:

I. Na companhia com ações com valor nominal, o estatuto poderá criar uma ou mais classes de ações preferenciais sem valor nominal.

II. O valor nominal será o mesmo para todas as ações da companhia.

III- O valor nominal das ações de companhia aberta não poderá ser inferior ao mínimo fixado pela Comissão de Valores Mobiliários.

Avaliando os itens acima, estão corretos:

- a) Apenas o I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

23. Em relação às espécies e classes das ações, conforme a Lei 6.404/76, qual a opção **INCORRETA**?

a) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 30% (trinta por cento) do total das ações emitidas.

b) As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares são ordinárias, preferenciais ou de fruição.

c) As ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes.

d) A alteração do estatuto na parte em que regula a diversidade de classes, se não for expressamente prevista e regulada, requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas.

e) O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.

24. Conforme a Lei 6.404/76, a companhia poderá emitir, dentro do limite de aumento de capital autorizado no estatuto, títulos negociáveis, que conferirão aos seus titulares, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever ações do capital social. Esses títulos negociáveis são denominados:

- a) Ações.
- b) Debêntures.
- c) Partes Beneficiárias.
- d) Bônus de Subscrição.
- e) Capital Social.

25. Analise as alternativas abaixo e marque a opção **INCORRETA** em relação às reservas, conforme a Lei 6.404/76:

a) A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

b) O estatuto poderá criar reservas, desde que, para cada uma, indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade e estabeleça o limite mínimo da reserva.

c) O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma, fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.

d) A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva para contingências.

e) A reserva para contingências será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

26. Marque a opção que indica fato modificativo diminutivo:

- a) Recebimento de duplicata com juro.
 - b) Pagamento de uma dívida com juros de mora.
 - c) Recebimento por serviços prestados a prazo.
 - d) Reversão de reserva de lucro.
 - e) Pagamento de despesas de aluguel.
-

27. São formalidades intrínsecas do Livro Diário:

- a) Folhas numeradas e inexistência de linhas em branco.
 - b) Encadernação e autenticação.
 - c) Escrituração em ordem cronológica e inexistência de rasuras.
 - d) Autenticação e folhas numeradas.
 - e) Termo de abertura e termo de encerramento.
-

28. Determinada empresa possui, há três anos e meio, uma máquina comprada por R\$12.000,00 e depreciada com base linear em vida útil de 5 (cinco) anos e valor residual de 20%. Promoveu, então, sua alienação a prazo, com margem bruta de lucro de 25%. Qual o valor do lucro que a empresa obteve nesta operação de venda?

- a) R\$ 1.760,00
 - b) R\$ 1.320,00
 - c) R\$ 1.200,00
 - d) R\$ 960,00
 - e) R\$ 704,00
-

Responda às questões 29 e 30 de acordo com os dados a seguir:

Determinada empresa apresentou seu balancete em 31/12/2008 com os seguintes saldos contábeis:

Banco conta movimento	R\$ 1.400,00
Custo da mercadoria vendida	R\$ 3.000,00
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 300,00
Fornecedores	R\$ 6.000,00
Capital Social	R\$ 6.900,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 4.300,00
Clientes	R\$ 10.000,00
Vendas a Prazo	R\$ 13.000,00
Caixa	R\$ 2.000,00
Despesa Financeira	R\$ 2.250,00
Financiamento a Longo Prazo	R\$ 6.200,00
Depreciação Acumulada	R\$ 700,00
Despesa Administrativa	R\$ 1.100,00
Móveis e Utensílios	R\$ 6.000,00
Estoques	R\$ 4.200,00
Impostos a Pagar	R\$ 2.300,00
Despesas com Vendas	R\$ 1.150,00

29. O valor total do Ativo e do Patrimônio Líquido é, respectivamente:

- a) R\$ 27.200,00 e R\$ 6.900,00
 - b) R\$ 17.300,00 e R\$ 12.400,00
 - c) R\$ 17.300,00 e R\$ 5.500,00
 - d) R\$ 8.300,00 e R\$ 26.900,00
 - e) R\$ 26.900,00 e R\$ 12.400,00
-

30. O valor do Resultado do Exercício é:

- a) R\$ 5.500,00
 - b) R\$ 7.750,00
 - c) R\$ 8.300,00
 - d) R\$ 8.500,00
 - e) R\$ 12.400,00
-

31. A Demonstração que tem por finalidade demonstrar toda a movimentação que ocorreu dentro do patrimônio líquido, denomina-se:

- a) Balanço Patrimonial
 - b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 - c) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
 - d) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
 - e) Demonstração do Resultado do Exercício
-

32. A Lei 11.638/07 alterou alguns artigos da Lei 6.404/76. Após estas alterações, com base na Lei 11.638/07, o Patrimônio Líquido ficou dividido em:

- a) Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - b) Capital Social, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - c) Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.
 - d) Capital Social, Reservas de Capital e Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - e) Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros ou Prejuízos acumulados e Diferido
-

33. Quando da Realização da Reserva de Lucros a Realizar, esta deve ser revertida para:

- a) resultado do exercício, quando o evento econômico realizar-se financeiramente.
 - b) lucros ou prejuízos acumulados, quando o evento realizar-se economicamente.
 - c) reserva de capital destinada diretamente para distribuição de dividendos.
 - d) lucros ou prejuízos acumulados, quando o evento realizar-se financeiramente.
 - e) resultado do exercício, quando o evento financeiro realizar-se economicamente.
-

34. Em relação ao Balanço Patrimonial, é correto afirmar:

- a) No Ativo Realizável a Longo Prazo, classificam-se as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente, os estoques e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) As contas do ativo são classificadas em ordem crescente do grau de liquidez.
- c) As contas do passivo são classificadas em ordem crescente do grau de exigibilidade.
- d) No subgrupo Ativo Permanente – Investimentos, classificam-se, entre outras contas, as participações temporárias em outras sociedades.
- e) No Ativo Imobilizado, classificam-se os bens destinados à manutenção da atividade da pessoa jurídica, ou direitos exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.

35. O Demonstrativo de Fluxo de Caixa permite:

- a) Avaliar somente as aplicações de recursos no realizável a longo prazo e no ativo permanente.
- b) Avaliar a capacidade da empresa em gerar lucros em exercícios futuros.
- c) Analisar a capacidade de pagamento e a necessidade de captar recursos externos.
- d) Verificar o capital circulante líquido da empresa num determinado exercício.
- e) Analisar o endividamento e o giro de estoques da empresa.

36. São Princípios Orçamentários:

- a) Programação, Legalidade, Unidade, Atualização Monetária, Proporcionalidade, Eficiência e Equilíbrio.
- b) Legalidade, Igualdade, Finalidade, Moralidade, Razoabilidade, Proporcionalidade e Eficiência.
- c) Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência e Prudência.
- d) Programação, Unidade, Universalidade, Anualidade, Exclusividade, Clareza e Equilíbrio.
- e) Legalidade, Igualdade, Unidade, Anualidade, Proporcionalidade, Clareza e Equilíbrio.

37. De acordo com Kohama, a Inscrição em Dívida Ativa faz-se em livro especial, numerado, em termos sumários, que contém os seguintes requisitos essenciais:

- I- O CPF (Cadastro Pessoa Física) do devedor.
- II- A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

III- A origem e a natureza do crédito, mencionada, especificamente, a disposição da Lei ou processo administrativo em que seja fundado.

IV- A data da inscrição.

Analisando as sentenças, estão **INCORRETAS**:

- a) Apenas a I.
 - b) Apenas a II.
 - c) Apenas a IV.
 - d) Apenas I e IV.
 - e) Apenas I, II e IV.
-

38. Pela Inscrição da Dívida Ativa haverá registro no:

- a) Sistema Patrimonial e Sistema Orçamentário.
- b) Sistema Patrimonial.
- c) Sistema Orçamentário.
- d) Sistema Orçamentário e Sistema Financeiro.
- e) Sistema Patrimonial, Sistema Orçamentário e Sistema Financeiro.

39. Referente a Despesas de Exercícios Anteriores, analise as sentenças abaixo:

I- As despesas de Exercícios Anteriores são aquelas cuja emissão do empenho ocorre no exercício anterior referente à despesa do exercício anterior.

II- Restos a pagar com prescrição interrompida são as despesas cuja inscrição como restos a pagar tenham sido canceladas, mas ainda vigente o direito do credor.

III- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são as obrigações de pagamento criadas em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante no exercício correspondente.

IV- As despesas de exercícios anteriores exigem novo empenho, nova liquidação e o pagamento, já que o orçamento do exercício a que pertence a despesa já foi encerrado e não há como empenhar retroativamente.

Estão corretas:

- a) Apenas I.
 - b) Apenas I e II.
 - c) Apenas II e IV.
 - d) Apenas III e IV.
 - e) Apenas III.
-

40. São Receitas Correntes:

- a) Receitas tributárias, Receita da conversão em espécie de bens e direitos, amortização de empréstimos.
- b) Recursos financeiros da constituição de dívida, da conversão em espécie de bens e direitos, recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- c) Receitas tributárias, de contribuições, de alienação de bens.
- d) Recursos financeiros da constituição de dívida, Receitas de contribuições e patrimonial.

e) Receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços.

41. Despesa Orçamentária é definida como:

- a) aquela prevista à vista da autorização legislativa e não pode se realizar sem crédito orçamentário.
 - b) aquela cuja realização depende de autorização legislativa e não pode se realizar sem crédito orçamentário correspondente.
 - c) aquela paga à margem da lei orçamentária e, portanto, independe de autorização orçamentária.
 - d) aquela cuja realização depende de autorização legislativa e pode ocorrer sem crédito orçamentário correspondente.
 - e) aquela cuja realização independe de autorização legislativa e pode ocorrer sem crédito orçamentário correspondente.
-

42. O propósito das Despesas de Capital é:

- a) manter os gastos de natureza operacional, realizados pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos.
 - b) dar continuidade aos serviços de manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as despesas destinadas a atender as obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - c) corresponder à contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender a manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
 - d) criar novos bens de capital ou mesmo bens de capital já em uso, como no caso dos investimentos.
 - e) relativo a restituições ou pagamentos de valores recebidos em depósito ou consignações que independem de autorização legislativa.
-

43. Os sistemas de contas existentes no setor público são:

- a) Sistema de Compensação, Sistema de Caixa, Sistema de Competência e Sistema Misto.
 - b) Sistema de Competência, Sistema de Caixa, Sistema Misto e Sistema de Custos.
 - c) Sistema Orçamentário, Sistema Financeiro, Sistema Patrimonial e Sistema de Competência.
 - d) Sistema de Competência, Sistema de Compensação, Sistema Financeiro e Sistema de Custos.
 - e) Sistema Orçamentário, Sistema Financeiro, Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação.
-

44. Balanço Orçamentário é definido como:

- a) um quadro de contabilidade com duas seções, em que se distribuem não só as receitas previstas, como também as realizadas e identicamente as

despesas fixadas e realizadas, igualando-se as somas opostas com os resultados, o previsto com o realizado e o déficit ou superávit.

b) um quadro de contabilidade com duas seções: receita e despesa, em que se distribuem entradas e saídas de numerário.

c) um quadro de contabilidade com duas seções: ativo e passivo em que se distribuem o patrimônio público, demonstrando em uma delas os bens e direitos, e ainda a outra seção evidencia as obrigações do ente público. A diferença entre elas demonstrará um déficit patrimonial denominada passivo real a descoberto ou um superávit patrimonial, denominado ativo real líquido.

d) um quadro de contabilidade que evidencia as alterações verificadas no patrimônio resultante ou independente da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício. Nela são demonstradas a movimentação do patrimônio, efeitos da execução orçamentária e resultado do exercício financeiro.

e) um quadro de contabilidade que representa o resultado contábil dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas, em determinado período de tempo, correspondente geralmente ao exercício financeiro evidenciando as variações patrimoniais.

45. Os Créditos Adicionais são classificados em:

- a) Suplementares, Dotação Orçamentária e Extraordinários.
 - b) Extraordinários, Calamidade Pública e Comoção Intestina.
 - c) Suplementares, Especiais e Extraordinários.
 - d) Especiais, Calamidade Pública e Comoção Intestina.
 - e) Calamidade Pública, Suplementares e Extraordinários.
-

46. Entende-se por excesso de arrecadação:

a) as operações de créditos consideradas como recursos hábeis, para abertura de créditos adicionais e também para cobrir eventuais déficits orçamentários, por se constituírem em dívida fundada.

b) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda os saldos de créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

c) a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais a redução parcial ou integral na Lei do Orçamento ou ainda em créditos orçamentários, pois estando devidamente autorizadas, já possuíam recursos financeiros de cobertura.

d) o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre as arrecadações prevista e realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício.

e) a diferença positiva entre o ativo patrimonial e o passivo financeiro, pela alienação de bens, constituindo-se em receita de capital, desde que autorizadas legalmente.

47. Baseado nos conceitos doutrinários de Despesas Públicas, quanto à efetividade podemos dizer que efetivas são:

a) as despesas públicas cujo reconhecimento de um passivo ou a saída de disponibilidades impactam negativamente na situação líquida patrimonial.

b) as despesas públicas cujo reconhecimento não irá afetar a situação líquida patrimonial.

c) as despesas não previstas no orçamento, que constitui a devolução da receita extraorçamentária.

d) as despesas públicas despendidas regularmente.

e) as despesas públicas previstas no orçamento e que não possuem caráter de devolução de uma receita extraorçamentária.

48. A estrutura do plano de contas da Administração Pública está corretamente apresentado na alternativa:

a) Contas Patrimoniais (Ativo Circulante, Créditos, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Patrimônio Público) e Contas de Resultado (Receitas e Despesas).

b) Contas Patrimoniais (Ativo e Passivo) e Contas de Resultado (Despesas, Receitas, Resultado Aumentativo e Resultado Diminutivo).

c) Contas Patrimoniais (Receitas e Despesas) e Contas de Resultado (Ativo Circulante, Créditos, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Patrimônio Líquido).

d) Contas Patrimoniais (Ativo Circulante, Créditos, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Ativo Diferido, Passivo Circulante, Realizável a Longo Prazo) e Contas de Resultado (Receitas, Despesas, Déficit e Superávit).

e) Contas Patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) e Contas de Resultado (Despesas, Receitas, Variações patrimoniais positivas e negativas).

49. Com relação ao Empenho, considere as seguintes sentenças:

I- Consiste em retirar das dotações orçamentárias definidas na LOA e nos créditos adicionais os recursos necessários para que as Unidades possam dar andamento à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

II- É o ato emanado de autoridade competente (chefe do executivo ou outros, por delegação de competência) que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

III- Não cria obrigação e sim ratifica a garantia ao fornecedor de pagamento.

IV- É sempre anterior à execução da despesa; portanto, não existe empenho posterior. O que pode haver é um posterior reforço do empenho já existente.

Das sentenças apresentadas estão corretas:

a) Apenas a I.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas I, II e IV.

d) Apenas I, III e IV.

e) Todas as sentenças.

50. Considera(m)-se despesa(s) de caráter continuado:

a) as despesas, tais como energia elétrica, abastecimento de água e telefone, independente de autorização legal.

b) a despesa corrente independente de Lei que autorize que tenha sua execução por um período superior a dois exercícios.

c) a despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixa para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

d) a despesa de capital, como aquisição de computadores e periféricos, desde que autorizados em Lei.

e) a despesa de capital independente de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.